



SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

(Minuta)

Avaliação de Políticas Públicas (Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho

Política de Defesa Agropecuária.

Presidente: Senadora **ANA AMÉLIA**
Vice-Presidente: Senador **ACIR GURGACZ**
Relator: Senador **DÁRIO BERGER**

1. APRESENTAÇÃO

Dando seguimento às ações necessárias à consecução da avaliação da Política de Defesa Agropecuária no País, a ser realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA), na forma da Resolução nº 44, de 2013, e do Requerimento nº 14, de 2015, aprovado pela CRA, em Reunião do dia 26 de março de 2015, trago à apreciação desta Comissão o Plano de Trabalho que servirá de referência ao processo de avaliação da Política em epígrafe.

Em sucinta reflexão, a avaliação de políticas públicas a ser empreendida nesta Comissão tem por objetivo trazer ao conhecimento público dados e informações concretas acerca das políticas e da estrutura de



SF/15520.40755-20

defesa agropecuária atualmente existentes no Brasil, proporcionar o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, sua integração com as esferas estaduais e municipais, e propor os aprimoramentos necessários do marco legal da defesa agropecuária.

Em conformidade com o que dispõe o art. 27-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, a defesa agropecuária tem por objetivos assegurar: a sanidade das populações vegetais; a saúde dos rebanhos animais; a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária; e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais.

Para o atingimento desses objetivos, o Poder Público desenvolve, de forma permanente, as atividades de vigilância e defesa sanitária vegetal e animal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal e animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e a fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

No âmbito federal, essas atividades estão concentradas na Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Todavia, as ações de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal envolvem as várias instâncias federativas, para cuja organização a Lei previu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Dessa forma, embora a avaliação tenha como foco a atuação do gestor federal na implementação da política de defesa agropecuária, para o adequado diagnóstico do setor, é fundamental o conhecimento acerca da



experiência dos entes subnacionais e das suas demandas em relação ao poder público federal.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para levar a contento a avaliação da Política de Defesa Agropecuária no País, sugere-se que a CRA realize as seguintes atividades:

- Requisição de informações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Requisição de informações à Controladoria-Geral da União (CGU);
- Requisição de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- Identificação de atores sociais relacionados ao tema;
- Análise da legislação correlata;
- Realização de audiências públicas;
- Realização de seminário;
- Ações pelo E-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do Data Senado).

Após os primeiros meses dos trabalhos, deverá ser apresentado à CRA um relatório preliminar, a ser votado em outubro de 2015, ao passo que o relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão em dezembro deste ano.

3. CRONOGRAMA

Propomos a seguinte programação para as próximas reuniões:



Data	Atividade	Local	Convidados	Temas
Abril	Requerimento de Informações	Brasília.	MAPA, TCU, CGU.	Dados acerca da execução das atividades de defesa agropecuária.
Abril ou maio	Audiência Pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.	Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA); SDA/MAPA; Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical); CGU; TCU.	Panorama da defesa agropecuária brasileira e internacional (histórico e desafios atuais); diagnóstico e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária; evolução e execução orçamentária, achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle.
Abril ou maio	Audiência Pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.	SDA/MAPA; Representante de Secretaria Estadual de Agricultura (a escolher); Confederação Nacional de Municípios (CNM), Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), União Nacional dos Fiscais Agropecuários (Unafa)	Defesa agropecuária e integração dos entes da federação; Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa).
Maio ou junho	Audiência Pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.	Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav); Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec); Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)	Interação dos órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário.
Maio ou junho	Audiência Pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN); Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos	O papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental



			(AENDA); Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV).	
Junho ou julho	Audiência Pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.	Embrapa; Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); MDA; MPA; SDA/MAPA; Contag.	O papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar.
Agosto	Audiência pública	Estado de Santa Catarina (cidade a definir)	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).	A defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiência e desafios.
Apresentação de Relatório Preliminar				
Out.	Seminário	Congresso Nacional	Parlamentares e servidores que tenham interesse no tema.	
Dez.	Apresentação e Votação do Relatório Final			

